

# OS “INCONTROLADOS” DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA: BANDIDOS OU REVOLUCIONÁRIOS?

*Igor Pasquini Pomini<sup>1</sup>*

**Resumo:** Em 1936 se iniciou na Península Ibérica um dos conflitos mais importantes do século XX, a Guerra Civil Espanhola, que durou até 1939 e terminou com a vitória de Francisco Franco e a implantação de um regime ditatorial que se findaria apenas na década de 1970. Mas a conflagração espanhola não foi apenas uma luta entre militares apoiados pelas potências fascistas da época e um governo democraticamente eleito e abandonado a sua própria sorte pelas democracias ocidentais. Houve na Espanha um processo revolucionário de grande envergadura, cuja principal característica foi a coletivização dos meios de produção e sua gestão direta pelos trabalhadores através de comitês de empresa, o que hoje se costuma a chamar de “autogestão”, mas que na época se denominava “coletivização”. Uma vez iniciado o processo de revolução social, começou também os esforços para tentar controlá-lo ou mesmo suprimi-lo. A maior força política na região catalã eram os anarquistas, que praticamente monopolizavam o movimento operário naquela localidade, e estavam organizados na Confederação Nacional do Trabalho – CNT – e na Federação Anarquista Ibérica - FAI. Tais organizações adotaram uma política de colaboração com as outras forças políticas, o que implicou inclusive na aceitação de cargos ministeriais. Já os comunistas seguidores do regime moscovita, organizados no Partido Socialista Unificado da Catalunha – PSUC –, entendiam a Guerra Civil Espanhola não como uma luta de classes, que portanto deveria ser travada a partir da perspectiva da ação revolucionária do proletariado, e sim como uma luta de libertação nacional, o que na prática implicava no abandono da perspectiva revolucionária e na adesão a um pacto de classes que tinha como finalidade a defesa do sistema republicano e a derrota do processo revolucionário. E, para conseguir seus desígnios, estes comunistas encontraram nos partidos republicanos seus aliados naturais. Também havia um pequeno – mas importante – partido marxista dissidente, o Partido Operário de Unificação Marxista – POUM –, que propugnava por um Estado dirigido pela classe trabalhadora, embora tenha, tal como os anarquistas, entrado para a máquina do Estado republicano com cargos ministeriais. Assim sendo, os trabalhadores revolucionários acabaram por se encontrar praticamente sozinhos diante do processo revolucionário. E desde o início eles tiveram que lidar com ameaças contrarrevolucionárias que advinham de dentro de seu próprio campo: o antifascismo. Essa era a denominação que se dava para todas as forças políticas que se opunham às forças de Franco, e que unidas deveriam barrar o avanço deste. No entanto, fundir concepções tão díspares – como anarquistas, comunistas stalinistas, comunistas heterodoxos e republicanos – sob uma única bandeira “antifascista” não seria nada fácil, na medida em que as concepções e proposições eram não apenas divergentes, mas muitas vezes contraditórias umas em relação às outras. Então, se por um lado a união antifascista se colocava como necessária para a derrota de Franco, por outro lado era um empecilho para a consolidação do movimento revolucionário. E é neste contexto de revolução/contrarrevolução que surge a figura do “incontrolado”, propugnado pelos diversos setores do campo antifascista. Esta palavra reunia sob a mesma denominação bandidos comuns, que se aproveitavam da derrocada social provocada pela guerra civil e pela revolução para cometer crimes em proveito próprio, e os trabalhadores revolucionários, que queriam aprofundar o processo em curso, fazendo uma associação entre revolucionário e delinquente. E é a existência e o significado desta figura que o presente trabalho pretende discutir.

**Palavras-chave:** Revolução Espanhola; Guerra Civil Espanhola; Autogestão

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em 17 de julho de 1936, primeiramente no Marrocos e em seguida na Península Ibérica, forças militares espanholas se rebelaram contra o regime republicano, e foram apoiadas por fascistas, monarquistas e conservadores de todo tipo. No entanto, de forma bastante inesperada, uma resistência popular capitaneada por anarquistas, comunistas e republicanos, frustrou a tentativa de golpe, dividindo a Espanha em dois territórios hostis e dando início à guerra civil, que duraria até 1939.

Mas a contenda espanhola não se resumiu a uma luta no campo militar. O início do conflito gerou também um profundo e extenso processo de revolução social. Este teve como uma de suas principais características a tomada e gestão dos meios de produção diretamente pelos trabalhadores – o que hoje denominamos “autogestão”, embora na época se usasse o termo “coletivização” –, ou seja, os trabalhadores assumiram por si mesmos seus locais de trabalho, sem intermediários. Eles nomeavam um comitê de empresa que a geria em seu nome, e seu mandato poderia ser revogado a qualquer momento pela assembleia dos trabalhadores. As coletivizações se formaram porque muitos patrões e seus comparsas estavam comprometidos com o golpe militar e fugiram quando este irrompeu. Mas também houve coletivizações formadas na base da força, através de destacamentos de trabalhadores armados que expropriavam as empresas e nomeavam comitês, nas mesmas condições já descritas. Segundo Maurício Tragtenberg (1986), a autogestão na Espanha chegou a abarcar cerca de 70% do território espanhol.

A Revolução também trouxe à tona os comitês de bairro e de cidade. Estes surgiram com a derrocada do poder republicano, assumindo a administração social dos perímetros aos quais lhes correspondia, ao menos nos primeiros tempos. Tais comitês montavam barreiras, patrulhavam sua área, perseguiram elementos envolvidos com o golpe militar ou com o fascismo, fomentavam coletivizações, etc. Guillamón (2011) assim os descreveu:

Esos comités revolucionarios locales se habían constituido en auténticos estados-ciudad, o comités-gobierno, estableciendo multas y tributos, enrolando milicianos para el frente, formando patrullas de control para imponer su autoridad, realizando obras públicas financiadas con impuestos revolucionarios para resolver el paro masivo, expropiando fábricas y talleres que eran colectivizados, imponiendo un nuevo modelo educativo racionalista, incautando edificios y alimentos, comprando armas en el extranjero, sosteniendo hospitales y comedores gratuitos, y un largo etcétera. Los ayuntamientos habían sido sustituidos por esos comités locales, arrebatando a la Generalidad<sup>2</sup> la menor influencia. [...]. Las consignas del CCMA [Comité Central de Milicias Antifascistas<sup>3</sup>] eran acatadas por los comités locales y de barrio si no eran

<sup>2</sup> Generalidad, ou Generalitat, em catalão, é o nome do Governo Autônomo da Catalunha.

<sup>3</sup> Comitê Central de Milícias Antifascistas da Catalunha. Foi um Comitê formado na Catalunha logo nos primeiros dias após o início da guerra civil com o intuito de organizar as milícias que iam para o front, bem como regular a retaguarda. Esta organização, embora tenha sido tutelada pela Generalitat, tinha os anarquistas como sua grande força impulsionadora e contava com a participação de praticamente todas as organizações políticas do campo antifascista.

contrarias a los intereses revolucionarios, pero encontraban enormes resistencias cuando se consideraba que eran fruto del compromiso con la burguesía y el gobierno de la Generalidad. Al mismo tiempo el CCMA tenía que contar con esos comités locales, si quería que se hicieran realidad sus mandatos. [...] El CCMA apenas podía gobernar, ni disponer nada, fuera de la ciudad de Barcelona, sin la aceptación y colaboración de los comités locales, o los sindicatos.<sup>4</sup>

Uma outra criação do processo revolucionário espanhol foram as milícias operárias. Estas surgiram a partir da estrutura militar das diversas organizações do campo antifascista, que diante do levante das forças militares republicanas – embora uma parte substancial delas tenha se mantido fiel ao regime republicano – formaram suas próprias tropas – milícias – para lhes fazer frente. As milícias eram armadas, enviadas e mantidas no front pela organização que as havia formado, e de certa maneira refletia a ideologia e a organização de seus mantenedores. As milícias comunistas, por exemplo, eram altamente hierarquizadas e parecidas com tropas militares regulares, enquanto as anarquistas se caracterizavam por uma ausência de hierarquia rígida e por um grande nível de igualdade entre seus membros.

Mas o processo revolucionário esteve imerso em inúmeras contradições desde seu início. Primeiramente, na região da Catalunha, epicentro da revolução, a força política majoritária era libertária, e nesta região eles praticamente monopolizavam o movimento operário mediante duas organizações: a CNT<sup>5</sup> e a FAI<sup>6</sup>. Quando os militares foram finalmente vencidos naquela região, eles se tornaram os donos das ruas, e isso abriu um dilema: deveriam os anarquistas implantar o que denominavam de “comunismo libertário” ou isso equivaleria a implantação de uma ditadura e, portanto, seria uma contradição com os ideais libertários? Diante de tal dilema, os líderes anarquistas, em uma reunião realizada ainda no dia 21 de julho, decidiram que não era o momento de “realizações totalitárias”, optando pela colaboração com outras forças políticas, com poucas vozes contrárias – chegou-se a propor “ir com tudo”, mas tal proposta foi derrotada, sob argumento de que provocaria uma reação estrangeira. Isso queria dizer que os anarquistas iriam colaborar não apenas com as outras forças políticas, mas também com o próprio aparelho de Estado em ruínas. A primeira expressão dessa colaboração foi o já mencionado Comitê de Milícias Antifascistas da Catalunha, onde atuaram todas as forças políticas antifascistas – anarquistas, comunistas stalinistas, comunistas “heterodoxos” e republicanos. Assim, vitoriosos nas ruas, os líderes anarquistas simplesmente abdicaram da consecução de seus objetivos finais.

4 GUILLAMÓN, Agustín, *Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1936-1938)*, Barcelona, Aldarull, 2011, p. 119-120.

5 Confederação Nacional do Trabalho. Organização sindical de tendência anarquista e sindicalista revolucionária. Quando da guerra civil, era a maior organização operária da Espanha.

6 Federação Anarquista Ibérica. Organização especificamente anarquista, cuja abrangência se estendia a toda península, ou seja, congregava anarquistas espanhóis e portugueses.

Ainda durante os combates de rua, apareceram franco-atiradores que, a partir de locais privilegiados – como telhado de edifícios –, atiravam em quem estava nas vias, causando muitas baixas e preocupação. Tais atiradores receberam o apelido de “*pacos*”, e sua atuação era tão cruel que há relatos de ataques até contra hospitais, como o que expôs o *Solidaridad Obrera*<sup>7</sup>, órgão cenetista catalão e um dos jornais de maior circulação na Espanha neste momento.

Mas além dos “*pacos*”, uma outra preocupação estava na ordem do dia nestes primeiros momentos de guerra civil e de Revolução. Eram os saques e crimes comuns que ocorriam na retaguarda, em meio ao caos provocado pelo processo revolucionário. Para se ter uma ideia do quanto esses crimes eram graves, uma reportagem do *Solidaridad Obrera*<sup>8</sup> falou sobre um caso ocorrido no bairro de Casa Antúnez, em Barcelona, a partir do relato de um dos membros do referido comitê. Este salientou que os “*pacos*” ficaram atuando na região três dias após a derrota dos insurretos, até terem sido definitivamente capturados. Dias depois, em 3 de agosto, durante o período da noite, um carro suspeito adentrou o referido bairro e membros do comitê do bairro deram ordem de parada. Como a determinação não foi obedecida, se atirou em direção ao carro, fazendo-o parar. Ao averiguar o ocorrido, se verificou que os cinco ocupantes do automóvel eram criminosos comuns, e que tinham sob seu poder um farmacêutico que seria assassinado depois de ser roubado. Milicianos se deslocaram até o local e obtiveram a confissão dos referidos elementos de que eles haviam matado 18 pessoas naquele dia somente para roubá-las. Casos como esses eram bastante comuns nos primeiros tempos da Revolução, fruto da derrocada das instituições republicanas e da confusão gerada em um momento de transição a um poder exercido através de mecanismos de democracia direta.

No entanto, os criminosos comuns não eram os únicos a perturbarem a ordem. Muitos trabalhadores revolucionários procederam a expropriações – coletivizações – por conta própria, sem esperar consignas dos dirigentes – e muitas vezes indo contra eles. Isso causava conflito não apenas com os setores da classe dominante, mas também com forças de ordem pública ou mesmo com dirigentes das diversas organizações antifascistas. Havia também assassinatos que eram perpetrados por razões políticas, com raízes que remetiam ao período anterior à revolução. Muitos deles eram acertos de contas por conta do período do pistoleirismo<sup>9</sup>, com alguns antigos pistoleiros da patronal sendo assassinados pelas ruas, como foi o caso de Ramón Sales<sup>10</sup>.

7 SOLIDARIDAD OBRERA, ¡Cobardes asesinos! Criminal Agresión al Hospital Clínico, Barcelona, n. 1331, p. 1, 22 jul. 1936.

8 LÓPEZ, Mariano Martínez, *Los camaradas de Casa Antúnez, explican su actuación durante el movimiento fascioso en dicha barriada*, Solidaridad Obrera, Barcelona, n. 1556, p. 13, 19 ago. 1936.

9 Pistoleirismo é o nome que se dá ao período compreendido entre fins da década de 1910 e início da década de 1920, quando a patronal iniciou uma prática de contratar pistoleiros para eliminar importantes lideranças do movimento operário. A tal ameaça os trabalhadores responderam na mesma moeda, iniciando um período em que pistoleiros de ambos os lados agiam de forma violenta pelas ruas de Barcelona.

10 Ramón Sales foi um dos fundadores do chamado Sindicato Livre, organização sindical pré-fascista que existiu em Barcelona e que se utilizou largamente de pistoleiros, principalmente contra os sindicalistas

Mas todas as pessoas que estavam envolvidas em tais ações – sejam elas roubos, assassinatos ou coletivizações – tinham uma marca em comum: estavam praticando atos infracionais. Isso porque, aos olhos da lei, banditismo e revolução são atos considerados criminosos e igualmente passíveis de punição, ao menos em uma situação “normal”, onde o Estado tenha condições de se impor. Mas o Estado republicano, especialmente na Catalunha, havia deixado de ter o poder de fato, que como vimos, havia passado para as mãos dos comitês de bairro e cidade, que por sua vez tinham uma grande influência dos anarquistas. Além disso, conforme já salientamos anteriormente, as milícias e as coletivizações se espalharam pela retaguarda. E em meio ao caos revolucionário, uma série de questões se colocavam na ordem do dia. Uma delas era quais medidas práticas deveriam ser adotadas imediatamente, e já vimos que os anarquistas propugnaram pela colaboração com as outras forças. Na verdade, o que os líderes anarquistas queriam era um “congelamento” do processo revolucionário. Eles esperavam recapturar a cidade de Zaragoza, que era um de seus baluartes e havia caído nas mãos dos insurretos, e deram prioridade total a isso – e esta recaptura nunca ocorreu. Por outro lado, os comunistas seguidores do regime moscovita, o PCE<sup>11</sup> e o PSUC<sup>12</sup>, logo proclamaram que sua luta não era pelo comunismo, e sim pela defesa do regime republicano, o que significava que qualquer vestígio de revolução deveria ser apagado. Já os comunistas que eram opositores ao regime de Moscou, organizados no POUM<sup>13</sup>, também estavam imbricados no colaboracionismo. Mas as bases das referidas organizações não necessariamente viam as coisas da mesma maneira que seus líderes. Vários de seus membros não apenas desobedeciam deliberadamente a seus líderes como fomentavam os processos de coletivizações. Assim, por exemplo, quando da criação do já referido Comitê Central de Milícias Antifascistas da Catalunha, esta organização só poderia fazer cumprir suas ordens mediante a concordância ativa dos comitês de bairro que, em caso negativo, simplesmente as ignorava. Dessa maneira, diante da existência de numerosos crimes comuns e da desobediência deliberada de numerosos trabalhadores que queriam um aprofundamento do processo revolucionário, e mediante a condenação prática de numerosos líderes das organizações antifascistas, inclusive as organizações operárias, surgiu uma palavra que conseguia designar de forma pejorativa tanto trabalhadores revolucionários quanto bandidos comuns, e que ia se tornar um epíteto que seria cada vez mais usado contra os revolucionários: “incontrolado”. E tal palavra tinha a capacidade de ser dúbia o suficiente para transportar o sentido depreciativo dos crimes comuns para os trabalhadores revolucionários, criminalizando não a Revolução em si – os líderes de todas as organizações antifascistas passaram a se autoproclamar “revolucionários” após 19 de julho –, mas os revolucionários. Assim, tratava-se de fazer uma identificação entre revolucionário e bandido, criminalizando os revolucionários e colocando-os no mesmo patamar dos criminosos comuns. Conforme salientou Guillamón (2013):

---

anarquistas.

11 Partido Comunista Espanhol. Seção espanhola da III Internacional.

12 Partido Socialista Unificado da Catalunha. Partido comunista catalão, também seção da III Internacional.

13 Partido Operário de Unificação Marxista. Partido comunista que se opunha aos desígnios da III Internacional, sendo uma organização pequena mas bastante importante no processo revolucionário.

El éxito del vocablo “incontrolado” radicaba precisamente en esa ambigüedad, que abarcaba y mezclaba dos significados distintos: delincuente y revolucionario, de forma lo bastante discreta y velada como para ser aceptada por los propios comités de barrio, locales o sindicales, contra los que iba dirigida; y de forma suficientemente clara y precisa como para ser empuñada por los comités superiores, los partidos burgueses, el estalinismo y el gobierno contra los revolucionarios, convertidos con el infamante calificativo de “incontrolados” en cabera de turco, diana de todos los dardos y objetivo prioritario que abatir.<sup>14</sup>

Assim, seguindo essa lógica, já em 29 de julho, o Tierra y Libertad, órgão da FAI, salientou que era

[...] absolutamente preciso evitar que elementos incontrolados efectúen registros en los pisos y domicilios de supuestos facciosos. La sección de Investigación es la que debe dar la ordenación y aval para estos servicios en los que pueden intervenir si esto no se hace a individuos interesados en desvirtuar el sentido libertario de la insurrección contra el fascismo.<sup>15</sup>

Dessa maneira, percebemos o quanto o termo “elementos incontrolados” poderia se referir tanto a bandidos comuns atuando em benefício próprio quanto a trabalhadores revolucionários em ação. E isso já no início do processo revolucionário. Tratava-se de buscar impedir a iniciativa autônoma de tais grupos, passando-as para órgãos de investigações próprios. No entanto, o problema dos “incontrolados” se acentuou na medida em que a colaboração de classes e a reconstrução do aparelho de Estado iam se concretizando. Em fins de setembro o colaboracionismo cenetista teve como resultado seu ingresso na Generalitat, passando então a ostentar pastas ministeriais. Uma vez que, a partir de então, todas as forças que tinham representação no Comitê de Milícias Antifascistas estavam também representadas na Generalitat, o Comitê de Milícias se tornou supérfluo, motivo pelo qual ele se autodissolveu no primeiro dia de outubro. O novo governo da Generalitat, chamado eufemisticamente de Conselho da Generalitat<sup>16</sup>, publicou em seu programa que ele apresentaria as diretrizes necessárias para

[...] la mejor eficacia de la guerra y las normas de la nueva economía y, revestido de la representación unánime de todo el pueblo antifascista, se impondrá a todos los

14 GUILLAMÓN, Agustín, *La Revolución de los Comités. Hambre y Violencia en la Barcelona Revolucionaria*, Barcelona, Aldarull, 2013, p. 124.

15 TIERRA Y LIBERTAD, *A las Milicias de los grupos que integran el C.M.A. y que se encuadran en los sindicatos*, Barcelona, n. 2, p. 2, 29 jul. 1936.

16 Na verdade, o epíteto de Conselho da Generalitat foi empregado porque os anarquistas não queriam utilizar o termo governo por questões ideológicas, e assim foi sustentado por algum tempo, até que os próprios anarquistas passaram abertamente a qualificar a Generalitat como um governo.

que por cualquier motivo pretendan actuar fuera de la disciplina que las circunstancias imponen y sin la cual no podremos ganar la guerra (objetivo supremo que todos perseguimos) ni resolver los grandes problemas económicos suscitados por ellas y extirpará los últimos vestigios de los aprovechadores y de grupos incontrolados y toda clase de turbias iniciativas que traten de manchar el honor y la humana sensibilidad del pueblo antifascista y dará plenas garantías de seguridad, de confianza y de justicia al enjuiciamiento público ante el Tribunal Popular.<sup>17</sup>

Assim, aqui fica claro que um dos objetivos do novo governo formado na Catalunha era acabar com os grupos de “incontrolados”, referidos como “aproveitadores”. No entanto, as coisas não iriam ser tão fáceis assim. A entrada dos anarquistas no governo da Generalitat teve várias consequências. Uma delas foi o início de uma fase de legalização do processo revolucionário. Tratava-se de reconhecer uma situação de fato, ou seja, legalizar o que já estava feito na prática, numa tentativa de fazer o Estado voltar a ter o controle sobre o legislado. Uma questão bastante importante neste sentido foi o Decreto de Coletivização e Controle Operário. Este fora implementado por Juan P. Fábregas<sup>18</sup>, cenetista e Conselheiro de Economia, e foi fruto de negociações que já vinham ocorrendo há algum tempo. O Decreto de Coletivização determinou o reconhecimento das coletivizações que haviam sido criadas e as condições para a existência das novas coletivizações que porventura fossem formadas. Além disso, introduziu um representante da Generalitat no seio do comitê de empresa, numa tentativa de controlar as coletivizações. O Decreto de Coletivizações e Controle Operário tinha dois lados. Por um lado, ele reconheceu as coletivizações, protegendo-as legalmente contra possíveis ataques, mas por outro lado representou um reforço do aparelho de Estado e uma derrota da espontaneidade. A partir de agora, para se proceder à novas coletivizações, seria preciso atender os auspícios da lei, sob pena de ser declarada ilegal.

Mas o processo de colaboração ainda engendrou outros problemas. Uma vez no governo, os dirigentes anarquistas eram cobrados pelos comunistas e republicanos para que controlarem suas bases – que insistiam em aprofundar o processo revolucionário –, criando uma situação onde eles cada vez mais tinham que se comportar como políticos responsáveis. Deveriam também fazer com que suas bases acatassem as ordens da Generalitat, o que nem sempre era fácil de fazer. Assim, os líderes anarquistas estavam prensados entre os compromissos adotados com as outras forças políticas no interior da Generalitat e suas bases cada vez mais insurgentes, que pressionavam no sentido de avançar no processo revolucionário e acabavam sendo qualificadas de “incontroladas”. Mas as bases muitas vezes se recusavam a aceitar as medidas que vinham da Generalitat, ainda mais quando esta flagrantemente se voltava contra o processo revolucionário.

17 SOLIDARIDAD OBRERA, *El nuevo Consejo de la Generalidad, en su primera declaración, puntualiza su programa*, Barcelona, n. 1391, p. 3, 29 set. 1936.

18 Foi um economista e importante cenetista catalão, sendo Conselheiro de Economia da Catalunha entre 26 de setembro e 11 de dezembro de 1936.

E este foi o caso quando da ilegalização dos comitês de bairro. Em 11 de outubro o Diário Oficial da Generalitat publicou um Decreto<sup>19</sup> em que dissolvia os comitês de bairro e cidade e restaurava os antigos poderes municipais – prefeituras. No entanto, como não haveria tempo e nem condições para se convocar eleições, a composição das prefeituras seria decidida mediante um acordo da Generalitat, ou seja, um pacto de cúpula. Isso acabaria por distorcer as representações em muitos lugares, uma vez que os comitês locais refletiam a composição política da localidade, de tal forma que as novas prefeituras teriam muito menos legitimidade do que os antigos comitês. No entanto, tal medida não pôde ser implementada imediatamente, pois muitos comitês simplesmente se negaram a se dissolver, e continuaram operando normalmente. E, de forma imediata, a Generalitat nada podia fazer, pois ainda lhe faltava poder efetivo nas ruas. Assim, os comitês de bairro eram um dos principais obstáculos para a reconstrução do aparelho de Estado e para o estancamento da revolução, e por isso seus membros eram qualificados como “incontrolados”. E foi por esse motivo que, dias depois, Companys<sup>20</sup>, ao falar da proibição dos comitês, salientou:

El programa del nuevo Consejo, que tanta confianza despertó por el anhelo de la opinión pública de imponer un ritmo, una ordenación y una responsabilidad a los organismos rectores de la vida pública, será cumplido exactamente. No tiene que haber ni habrá nada incontrolable ni perturbador que perjudique y que escape al control y a la dirección del Consejo, que representa la voluntad concertada de todos los elementos sindicales y políticos antifascistas.<sup>21</sup>

E o problema dos incontrolados, da desobediência em relação à Generalitat era tão grave que o mesmo Companys, algumas semanas depois, em uma entrevista, salientou que naquela mesma tarde o Conselho da Generalitat se reuniria, mas que provavelmente não se aprovaria muitos decretos. E então afirmou:

El problema no es de aprobar decretos, sino tan sólo del cumplimiento de los aprobados, ya que hemos de tener en cuenta que lo han sido por un Consejo en el que tienen su representación todas las fuerzas sindicales y políticas antifascistas. Lo mejor es que no se legisle más y dedicarse al cumplimiento estricto de los decretos aprobados y al cumplimiento también del programa que fue lanzado a la opinión pública el día de la constitución del actual Consejo, bajo el signo de la más absoluta lealtad de todos.<sup>22</sup>

19 DIARI OFICIAL DE LA GENERALITAT DE CATALUNYA, *Decreto*, Barcelona, n. 285, p. 137, 11 out. 1936.

20 Importante político catalão e Presidente da Generalitat durante todo o período da guerra civil.

21 SOLIDARIDAD OBRERA, *Del Consejo de la Generalidad. Manifestaciones del Presidente*, Barcelona, n. 1404, p. 2, 14 out. 1936.

22 SOLIDARIDAD OBRERA, *Interesantes manifestaciones del Presidente Companys. “La palabra lealtad no puede ser una palabra solamente, sino que ha de ser demostrada con actos”*, Barcelona, n. 1425, p.

Companys ainda acrescentou que estava decidido “[...] a que continue nada de lo que se dice incontrolado, ni confusionismo o desbarajustes, que si no comprometen la guerra, la dificultan y entorpecen”<sup>23</sup>, deixando assim bem claro a quem ele estava se referindo.

No mesmo sentido de Companys, Tarradellas<sup>24</sup>, falando sobre uma reunião da Generalitat que haveria no dia seguinte – a última do governo de então, pois se iniciaria uma crise de governo –, salientou que

[...] como consejero primero del Gobierno de la Generalidad, he de decirles que no estoy dispuesto a tolerar tal estado de cosas, porque no puedo, ni podré nunca consentir que sobre mi caigan responsabilidades de una actuación del Gobierno, que, muchas veces, quiere ser mediatizada por los irresponsables y por esos otros a los que ahora se les llama incontrolados.<sup>25</sup>

Mas essa caça aos “incontrolados” não se resumia aos republicanos e à Generalitat. Os próprios anarquistas recorriam às críticas aos “incontrolados”, que se tornavam mais duras na medida em que entre suas bases aumentava a oposição ao colaboracionismo. Assim, o próprio Solidaridad Obrera chegou a qualificar os incontrolados como inimigos da revolução e aliados do fascismo.

A nadie favorecen los grupos incontrolados, más que al fascismo. Son sus agentes secretos. Son fascistas disfrazados y con gente así, la C.N.T., que tiene por misión orientar y salvar la Revolución proletaria, ni quiere tener contacto, ni quiere saber nada. ¿Está claro? [...] ¡Los incontrolados, enemigos de la Revolución y aliados del fascismo antiproletario, deben desaparecer y desaparecerán! Los irresponsables no tienen nada que hacer en este momento en que los organismos proletarios han tomado sobre si la máxima responsabilidad, enviando a sus hombres más destacados, con mandatos concretos de las organizaciones para que actúen con arreglo a la línea de conducta trazada. Oponerse a los designios de los trabajadores, es ayudar desde nuestro campo a la plutocracia fascista, ya vencida y que por desdicha, para nosotros, encuentra todavía en las filas de la Revolución acólitos que se prestan a hacerles el juego.<sup>26</sup>

---

12, 6 nov. 1936.

23 SOLIDARIDAD OBRERA, *Interesantes manifestaciones del Presidente Companys*. “La palabra lealtad no puede ser una palabra solamente, sino que ha de ser demostrada con actos”, Barcelona, n. 1425, p. 12, 6 nov. 1936.

24 Importante político catalão que entre 25 de setembro de 1936 e 5 de maio de 1937 ocupou o cargo de Primeiro Conselheiro da Generalitat, equivalente ao posto de Primeiro Ministro.

25 SOLIDARIDAD OBRERA, *Declaraciones de Tarradellas*. *El primer Consejero de la Generalidad plantea la crisis del Gobierno*, Barcelona, n. 1457, p. 4, 13 dez. 1936.

No entanto, nem todos criminalizaram os “incontrolados” de forma acrítica, ao menos entre os anarquistas. Em um discurso proferido em 5 de janeiro de 1937, Manuel Perez salientou que todo mundo afirmava que “[...] existen grupos incontrolados, pero si no existiesen estos grupos no habría sido posible vencer a los militares el 19 de julio”<sup>27</sup>. Ou seja, os que estavam sendo criminalizados eram os mesmos que, em julho do ano anterior, haviam ido às ruas para arriscar suas próprias vidas no confronto com os militares, fascistas e demais forças reacionárias. O epíteto “incontrolado” serviu para mesclá-los com delinquentes comuns e, dessa maneira, criminalizá-los. E tal prática se acentuou ainda mais após as Jornadas de Maio de 1937<sup>28</sup>, quando os revolucionários passaram a ser perseguidos de forma aberta pelo poder de Estado em rápido processo de reconstrução, com muitos dos antigos revolucionários sendo assassinados ou indo parar nas cadeias. A Revolução havia sido definitivamente derrotada e a perseguição aos “incontrolados” era fruto disso.

---

## Referências Bibliográficas

BROUÉ, Pierre. **A Revolução Espanhola (1931-1939)**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DIARI OFICIAL DE LA GENERALITAT DE CATALUNYA. **Decreto**. Barcelona, n. 285, p. 137, 11 out. 1936. Disponível em: <https://dogc.gencat.cat/web/.content/continguts/serveis/republica/1936/19360285.pdf>

GUILLAMÓN, Agustín. **La Revolución de los Comités: hambre y violencia en la Barcelona revolucionaria**. De junio a diciembre de 1936. Barcelona: Aldarull, 2013.

\_\_\_\_\_. **Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1933-1938)**. Barcelona: Aldarull, 2011.

JACKSON, Gabriel. **A República Espanhola e a Guerra Civil**. 1965.

LÓPEZ, Mariano Martínez. Los camaradas de Casa Antúnez, explican su actuación durante el movimiento fascioso en dicha barriada. **Solidaridad Obrera**. Barcelona, n. 1556, p. 13, 19 ago. 1936. Disponível em: <http://www.cedall.org/Documentacio/Prensa%20Llibertaria/Soli/19360000/19360819.pdf>. Acesso em 26 set. 2020.

OLIVER, Juan García. **El Eco de los Pasos**. Barcelona: Ruedo Ibérico, 1978.

---

26 SOLIDARIDAD OBRERA, *Contra los incontrolados e irresponsables, enemigos de la Revolución*, Barcelona, n. 1469, p. 1, 27 dez. 1936.

27 SOLIDARIDAD OBRERA, *Del mitin organizado por la Federación Local de Sindicatos Únicos de Barcelona, celebrado en el Gran Price*, Barcelona, n. 1478, p. 4, 7 jan. 1937.

28 As Jornadas de Maio de 1937 foram uma série de combates que ocorreram pelas ruas de Barcelona e outras localidades da Catalunha após o governo tentar tomar uma central telefônica que estava sob controle da CNT e da UGT. Os combates terminaram após os trabalhadores deixarem as ruas, já que não obtiveram apoio de praticamente nenhum líder das Organizações antifascistas. As Jornadas de Maio supôs uma grande derrota para o processo revolucionário na Catalunha.

PEIRATS, José. **La CNT en la Revolución Española**. Madrid: Ruedo Ibérico, 1988.

SOLIDARIDAD OBRERA. **Del mitin organizado por la Federación Local de Sindicatos Únicos de Barcelona, celebrado en el Gran Price**. Barcelona, n. 1478, p. 4, 7 jan. 1937. Disponível em: <http://www.cedall.org/Documentacio/Prensa%20Llibertaria/Soli/19370000/19370107.pdf>. Acesso em 26 set. 2020.

SOLIDARIDAD OBRERA. **Contra los incontrolados e irresponsables, enemigos de la Revolución**. Barcelona, n. 1469, p. 1, 27 dez. 1936. Disponível em: <http://www.cedall.org/Documentacio/Prensa%20Llibertaria/Soli/19360000/19361227.pdf>. Acesso em 26 set. 2020.

SOLIDARIDAD OBRERA. **Declaraciones de Tarradellas. El primer Consejero de la Generalidad plantea la crisis del Gobierno**. Barcelona, n. 1457, p. 4, 13 dez. 1936. Disponível em: <http://www.cedall.org/Documentacio/Prensa%20Llibertaria/Soli/19360000/19361213.pdf>. Acesso em 26 set. 2020.

SOLIDARIDAD OBRERA. **Del Consejo de la Generalidad. Manifestaciones del Presidente**. Barcelona, n. 1404, p. 2, 14 out. 1936. Disponível em: <http://www.cedall.org/Documentacio/Prensa%20Llibertaria/Soli/19360000/19361014.pdf>. Acesso em 26 set. 2020.

SOLIDARIDAD OBRERA. **¡Cobardes asesinos! Criminal Agresión al Hospital Clínico**. Barcelona, n. 1331, p. 1, 22 jul. 1936.

SOLIDARIDAD OBRERA. **El nuevo Consejo de la Generalidad, en su primera declaración, puntualiza su programa**. Barcelona, n. 1391, p. 3, 29 set. 1936. Disponível em: <http://www.cedall.org/Documentacio/Prensa%20Llibertaria/Soli/19360000/19360929.pdf>. Acesso em 26 set. 2020.

SOLIDARIDAD OBRERA. **Interesantes manifestaciones del Presidente Companys. “La palabra lealtad no puede ser una palabra solamente, sino que ha de ser demostrada con actos”**. Barcelona, n. 1425, p. 12, 6 nov. 1936. Disponível em: <http://www.cedall.org/Documentacio/Prensa%20Llibertaria/Soli/19360000/19361106.pdf>. Acesso em 26 set. 2020.

THOMAS, Hugh. **A Guerra Civil Espanhola**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

TIERRA Y LIBERTAD. **A las Milicias de los grupos que integran el C.M.A. y que se encuadran en los sindicatos**. Barcelona, n. 2, p. 2, 29 jul. 1936. Disponível em: [http://www.cedall.org/Documentacio/Prensa%20Llibertaria/tierra%20y%20libertad/19360000/19360729%20\(2\).pdf](http://www.cedall.org/Documentacio/Prensa%20Llibertaria/tierra%20y%20libertad/19360000/19360729%20(2).pdf). Acesso em 26 set. 2020.

TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões Sobre o Socialismo**. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

VILAR, Pierre. **A Guerra da Espanha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.